**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO**

**INTEGRANTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Referente ao processo nº 0001118-11.2018.2.00.0000

**AMPB – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAÍBA**,devidamente qualificada, nos autos do ***Pedido de Providências*** formulado em razão dos atos praticados pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados, expor e requerer o que se segue:

**FUNDAMENTAÇÃO**

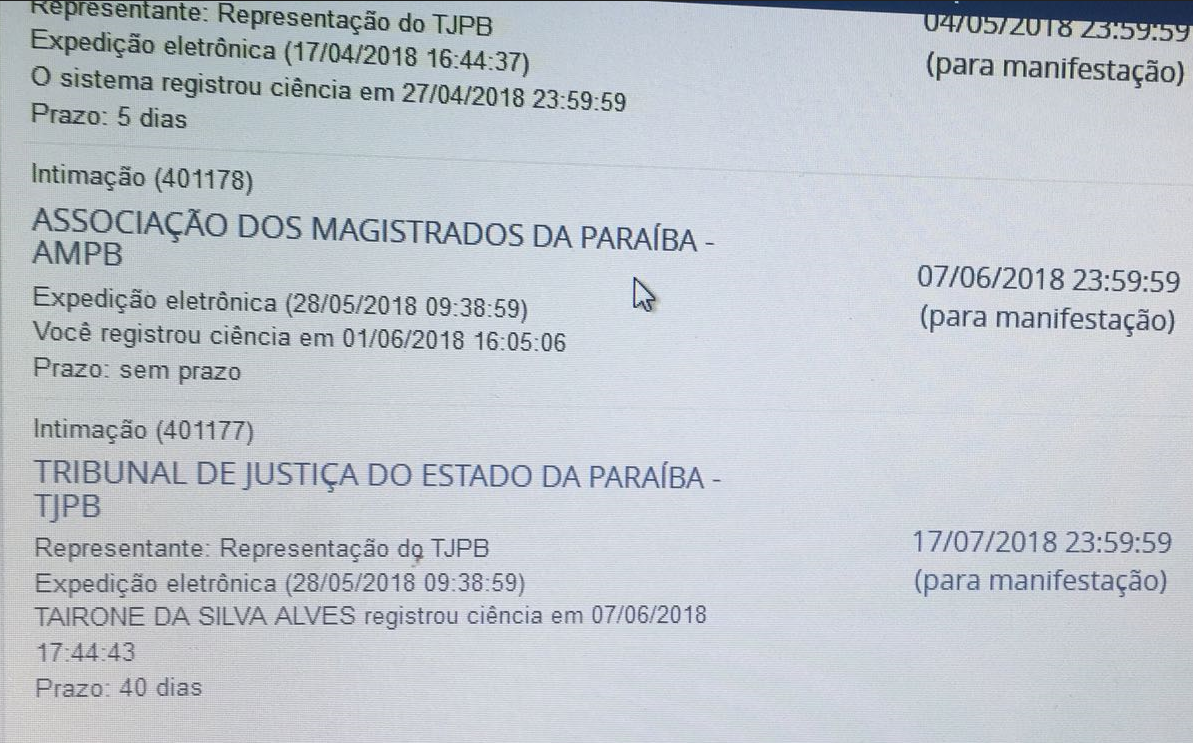
Em pronunciamento último, esse r. órgão fixou o prazo de **quarenta dias** para que o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba **promovesse o preenchimento das vagas de promoção/remoção de magistrados por merecimento** (Editais 1/2017 e 77/2016). Confira-se o texto final da decisão proferida em análise de recurso:

[...]

Ante o exposto: [...] b) determino, de ofício, que o e. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba **promova o preenchimento das vagas de promoção/remoção de magistrados por merecimento (Editais 1/2017 e 77/2016), no prazo de 40 (quarenta) dias**.

[...]

O prazo de quarenta dias findou-se em 17 jul. 2018, conforme demonstra movimentação processual fornecida pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que registra a data da ciência do pronunciamento exarado por esse órgão como sendo 07 jun. 2018 (doc. anexo).



Apesar de findo o prazo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, até agora, não foram concluídos os procedimentos relacionados aos editais identificados. Aliás, a última movimentação mostra que o relator dos procedimentos requereu as cópias das notas taquigráficas da última sessão plenária.

Em despacho de fl., o relator perante o TJPBassim se pronunciou: “Em vista de melhor retratar o que foi decidido na última sessão administrativa do E. Tribunal Pleno, com urgência necessária, **proceda-se com a juntada das notas taquigráficas relativas à respectiva sessão**”.

Fica demonstrado que, apesar de ultrapassado o prazo estabelecido por esse r. órgão, não foi atendida a determinação emanada e, além do mais, não há sequer previsão para que tal ocorra. Por isso, devem ser adotadas medidas de apoio para que seja garantida a efetivação da ordem proferida.

Aliás, deve-se destacar que os procedimentos estão a tramitar em prazos absolutamente injustificados (um há quase dois anos e outro há quase um ano), sendo inadmissível que continue a ser desrespeitada a autoridade da decisão proferida por esse r. órgão julgador.

O CPC, que tem aplicação subsidiária aos procedimentos administrativos, estabelece, no art. 139, IV, que incumbirá ao “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial [...]”.

Ademais, se o entendimento desse r. órgão for diverso, a considerar o manifesto descumprimento da ordem antes emanada, que sejam, de forma sub-rogatória, avocados os procedimentos de remoção/promoção relativos aos editais 1/2017 e 77/2016 (conforme art. 103-B, § 4º, I e II, da CF), a fim de que eles sejam processados perante esse e. CNJ.

**REQUERIMENTOS**

Ante o exposto, requer que esse r. órgão plenário se digne de adotar as medidas de apoio necessárias para garantir a efetivação do ordem emanada anteriormente, a garantir, assim, a conclusão dos procedimentos de promoção/remoção relativos aos editais 1/2017 e 77/2016 lançados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Caso o entendimento desse r. órgão seja diverso, a considerar o manifesto descumprimento da ordem antes proferida, que sejam avocados os procedimentos de remoção/promoção relativos aos editais 1/2017 e 77/2016, a fim de que sejam processados perante esse e. Conselho Nacional de Justiça.

Pede deferimento, pede deferimento.

João Pessoa, 01 de agosto de 2018.

|  |  |
| --- | --- |
| **RINALDO MOUZALAS**  Advogado OAB/PB nº 11.589 | **VALBERTO AZEVEDO**  Advogado OAB/PB nº 11.477 |